

JULIO CESAR GARAGNANI

O SURGIMENTO DA INDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL

Monografia apresentado à Universidade Federal do Paraná, para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, sob a orientação do Profº. Igor Zanoni.

CURITIBA
2007

TERMO DE APROVAÇÃO


O SURGIMENTO DA INDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL

Por

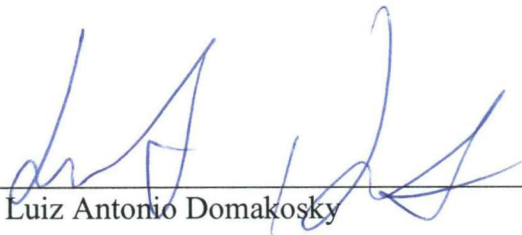
JULIO CESAR GARAGNANI

MONOGRAFIA APROVADA COMO REQUISITO PARCIAL PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE BACHAREL EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS, SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, PELA COMISSÃO FORMADA PELOS PROFESSORES:

ORIENTADOR: _____


Professor: Igor Zanon Constant Carneiro Leão


Professor: Demian Castro


Professor: Luiz Antonio Domakosky

CURITIBA, 12 de Outubro de 2007.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador Professor Igor pelo apoio e compreensão dedicados e também aos meus amigos e familiares e minha namorada Carla, sempre insistindo para que eu me empenhasse nessa árdua tarefa de concluir o trabalho de monografia. Apesar das dificuldades encontradas no caminho, a ajuda dos entes queridos foi uma força regeneradora e essencial para que enfim os louros da vitória fossem alcançados.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1 INTRODUÇÃO À DISCUSSÃO DO CAPITALISMO INDUSTRIAL	5
1.1 OS PRIMÓRDIOS DA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA NO BRASIL.....	5
1.2 EXPANSÃO DO CAPITAL CAFEIEIRO E ORIGENS DA INDÚSTRIA NO BRASIL.....	8
1.3 CONCEITO DE INDUSTRIALIZAÇÃO.....	11
1.3.1 O Conceito de Capitalismo Tardio.....	12
1.3.2 Industrialização Restringida.....	15
2 O SURGIMENTO DO CAPITALISMO INDUSTRIAL	17
2.1 A ECONOMIA BRASILEIRA NA DÉCADA DE 1920.....	17
2.1.1 A Economia Cafeeira.....	18
2.1.2 A Indústria Brasileira na Década de 1920.....	22
2.2 A REVOLUÇÃO DE 1930.....	24
3 A POLÍTICA DE VARGAS	28
3.1 A CRISE CAFEIEIRA E A RECUPERAÇÃO ECONÔMICA.....	29
3.1.1 Vargas e o café.....	29
3.1.2 A Desvalorização cambial e a Defesa do café.....	31
3.1.3 A Política de Substituição de Importações.....	33
3.2 A CENTRALIZAÇÃO e INTERVENÇÃO ESTATAL.....	36
3.2.1 Tributação.....	37
3.2.2 Transportes.....	38
3.2.3 Crédito.....	38
3.3 VARGAS E A INDÚSTRIA.....	39
3.3.1 Siderurgia.....	42
3.3.2 Vargas e a Questão Trabalhista.....	44
4 CONCLUSÃO	47
5 REFERÊNCIAS	49

LISTA DE QUADROS

TABELA 1 – PRODUÇÃO DE CAFÉ NO BRASIL – p. 9

TABELA 2 – PRODUÇÃO INDUSTRIAL NO BRASIL – p. 40

TABELA 3 - PRODUÇÃO DE ALGUNS RAMOS INDUSTRIAIS – p. 41

TABELA 4 – BRASIL – PRODUÇÃO E CONSUMO DE FERRO GUSA, AÇO EM LINGOTES E LAMINADOS – p. 42

1 INTRODUÇÃO

Ao longo de sua história, desde a descoberta e passando pelo surgimento da República, o Brasil sempre foi um fornecedor de produtos primários para o mercado externo. O país experimentou vários ciclos econômicos, passando pelo ouro, borracha, cana-de-açúcar e finalmente o café que, sem dúvida, foi o produto mais importante da fase agroexportadora do Brasil e o que experimentou maior acúmulo de renda e progresso à nação. O trabalho em questão pretende descrever como o complexo cafeeiro atingiu seu auge, sendo o motor da economia brasileira desde 1870 até 1933 e, como suas próprias contradições internas acabaram por decretar seu declínio e sua absorção por outro complexo dominante que viria a surgir: o complexo industrial.

O Brasil permaneceu por muito tempo no complexo agroexportador pois esse processo gerava grande montante de divisas para os produtores, transformando-os em força política que tende a atuar pela permanência do *status quo*, força política essa que a literatura convencionou chamar de oligarquias. Ao contrário das exportações de produtos primários, as indústrias não geram divisas e sim capital, que tende a ser constantemente reinvestido no complexo industrial, contribuindo para o processo de disseminação e reprodução do capital industrial.

Nos dias atuais, o sistema capitalista brasileiro possui um alto nível de industrialização, sendo que a atividade industrial responde pelo maior número de empregos no país e é o principal fator de acumulação de capital. Percebe-se, também, que o crescimento da economia é, em grande parte, influenciado pelo nível da atividade industrial.

O Brasil começou seu processo de industrialização a partir de 1930, em meio a uma forte crise econômica mundial (crise de 1929) e uma crise política interna que culminou na “Revolução de 30”. No entanto, é importante frisar, já existia produção industrial no Brasil antes do marco histórico de 1930, porém, tratava-se de indústria cuja acumulação de capital e expansão, ainda estava vinculada e submetida ao complexo

cafeeiro e, só a partir do marco de 1930, a expansão industrial se desvincula do café e alcança o caráter de se autoreproduzir a partir da acumulação interna da própria indústria. A abolição da escravatura e o surgimento de uma grande massa de trabalhadores assalariados foram de importância primordial para o surgimento das primeiras indústrias, já que a demanda por produtos de consumo assalariado atraiu boa parte de divisas proveniente das exportações do café para a atividade industrial. Isso demonstra que o nascimento das indústrias resultou da acumulação do capital exportador, e o surgimento desse núcleo industrial gera sua própria dinâmica de reprodução.

O café entrou em séria crise a partir de 1927, pois o governo federal praticava uma política de manutenção da rentabilidade dos produtores, por meio da compra dos excedentes da produção, prática que era financiada por empréstimos externos. A alta rentabilidade dos produtores, pela manutenção dos preços do café em patamares elevados, acaba por incentivar um grande aumento da produção interna, porém, não havendo aumento proporcional da demanda externa. A despesa pública para a política de manutenção dos preços do café acaba por não encontrar mais recursos suficientes para comprar os excedentes de produção, sendo que, essa mesma política, foi a responsável pelo aumento da produção. A crise de 1929 afetou drasticamente a economia brasileira, pois os empréstimos externos praticamente cessaram, a não ser mediante condições muito adversas para quem pleiteia e o preço dos produtos importados aumentou drasticamente, lembrando que o Brasil importava boa parte de seus bens de consumo e quase a totalidade de seus bens de produção.

Foi nesse contexto extremamente adverso que Getúlio Vargas assume o poder em 1930. Ele possui uma formação que se afasta um pouco do liberalismo defendido pelas oligarquias paulistas e mineiras, e começa a promover diversas medidas que, em médio prazo, transformam profundamente a nação, tanto socialmente como no âmbito da economia.

O ponto central deste trabalho é a análise da atuação de Getúlio Vargas, primeiro para chegar ao poder, depois da forma como atuou na recuperação da crise econômica de 1929, concomitantemente com sua política em relação ao café e à agricultura.

Vale ressaltar também a fragilidade das finanças públicas durante a República Velha, já que a receita federal dependia quase exclusivamente das exportações de café e da tributação das importações, que estavam intimamente ligadas ao desempenho das exportações de café. Da mesma forma, apenas os estados produtores de café possuíam uma base tributária, causando grande disparidade de renda nas diversas unidades da federação. Após 1930, com a política de federalização de Vargas e a posterior industrialização, a renda tributária do governo se desvincula do café e passa claramente para o processo de desenvolvimento urbano-industrial.

Portanto, o presente trabalho visa, através da revisão da biografia de Vargas e da literatura sobre a formação econômica do Brasil, relatar o momento de transição da economia brasileira de capitalismo mercantil para industrial, frisando principalmente a atuação de Vargas, um dos maiores estadistas que o país já teve e responsável pelas maiores mudanças na sociedade brasileira. Para isso, é indispensável a análise do complexo cafeeiro, de sua origem ao seu declínio, e também a análise das crises pelas quais passou a economia brasileira até chegar a um estágio de industrialização e como Getúlio se aproveita de uma oportunidade histórica para implementar mudanças que vieram a fazer o Brasil figurar entre os países industrializados.

O primeiro capítulo do trabalho consiste na exposição do início do processo de acumulação capitalista no Brasil juntamente com a expansão do capitalismo cafeeiro e sua ligação com o surgimento das primeiras indústrias no país. O capítulo também faz a conceituação de indústria, industrialização restringida e capitalismo tardio, que serão utilizados no decorrer do trabalho.

O segundo capítulo discorre sobre o período em que o processo de acumulação capitalista ganha força, discorrendo sobre o auge do complexo cafeeiro na década de

1920 e culminando na intensa crise por que passou o café nessa mesma década, passando pelo retrato da indústria nacional e terminando na Revolução 1930.

O último capítulo narra o período em que Vargas assume o poder e começa a pôr em prática algumas medidas que mudaram estruturalmente a forma de acumulação capitalista no Brasil.

1 INTRODUÇÃO AO NASCIMENTO DO CAPITALISMO INDUSTRIAL NO BRASIL

Para a análise do processo de transição capitalista presente na economia brasileira a partir de 1930, que é o foco principal do trabalho em questão, devemos, primeiramente, relatar o histórico da acumulação capitalista e da indústria no Brasil, sua integração com o capital cafeeiro e até mesmo o próprio conceito de industrialização, que consiste no último estágio dessa transição. Portanto, quando se nota o surgimento da indústria em uma economia, isso significa que já existe alguma forma de desenvolvimento capitalista previamente instalado nesta economia, e é exatamente esse período que esse capítulo visa analisar.

O café já despontava como principal produto na pauta de exportações brasileiras na década de 1840. Mas é a partir da década de 1870 que se desenvolve maciçamente, e esse período coincide com outras importantes transformações, dentre elas, a substituição do trabalho escravo pelo trabalho assalariado; a expansão das estradas de ferro e do surgimento das primeiras indústrias. Portanto, como o início da industrialização está inserido dentro da economia cafeeira, faz-se necessário compreender a ligação entre as duas formas de acumulação capitalista: mercantil e industrial, e também a luta ideológica existente quando da transição da primeira para a segunda etapa de desenvolvimento capitalista.

1.1 OS PRIMÓRDIOS DA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA NO BRASIL

Cabe agora analisarmos o processo histórico que resultou na formação da primeira classe capitalista no Brasil, sendo resultante do primeiro processo de acumulação de capital, proveniente do cultivo do café.

Como colônia portuguesa, o comércio brasileiro era dirigido pela metrópole: Portugal. O primeiro passo para a autonomia brasileira se dá em 1808 com a Abertura

dos Portos e com sua inclusão no Reino Unido de Portugal e Algarves. Mais tarde, em 1822, o país conquista sua independência política de Portugal. A partir daí, estavam abertas as portas para diversos comerciantes que se instalaram no país, fazendo o jogo de compra e venda de mercadorias, ou importação-exportação.

Já existia, instalada no país, uma aristocracia rural, que, juntamente com essa burguesia comercial que surgiu com a quebra do monopólio comercial de Portugal sobre o Brasil, promoveu a consolidação das lavouras de café e sua rápida expansão. A economia cafeeira era assentada no trabalho escravo, principalmente de trabalhadores provenientes do Nordeste e Minas Gerais, que possuía bom número de escravos saídos da atividade mineradora, mas foi o continente africano o maior fornecedor de mão-de-obra escrava para as lavouras de café.

A economia cafeeira se desenvolveu dessa forma até meados da década de 1840, quando se tornou o primeiro produto de exportação do Brasil e já respondia por 40% da pauta de exportações do país. Portanto, devido à expansão da atividade cafeeira, já havia, instalada no Brasil, uma classe de capitalistas mercantis, que se aproveitavam do aumento do comércio internacional nessa época. A Inglaterra exigiu que o Brasil acabasse com o tráfico de escravos e o governo brasileiro adotou medidas para cessar o tráfico em 1851, com a aprovação da Lei Euzébio de Queiroz que propunha a interdição da comercialização do tráfico de escravos.

Mesmo assim, a economia cafeeira ainda se apoiava firmemente no trabalho escravo, conforme consta em SILVA (1976, p.41), “em 1855, (...) em 2.618 plantações de café dessa Província (São Paulo) havia 55.834 escravos para 62.216 trabalhadores. Entre 1840 e 1851, vieram da África 371.625 escravos, isto é, cerca de 31.000 por ano, enquanto que de 1852 a 1859, a entrada de novos escravos, reduzida às compras no país, foi de 3.430 por ano”.

Os trabalhadores não-escravos atuavam no sistema de parceria, no cultivo da terra ou criação de gado e possuíam um pedaço de terra para subsistência concedida pelo latifundiário e trabalhavam na terra do mesmo, em troca de um pequeno montante pago

geralmente com uma porcentagem do produto que ele mesmo havia cultivado. Portanto, não constituíam como mercado de trabalho para a economia cafeeira.

A expansão do café possuía, como maior empecilho, a falta de trabalhadores para dar conta dessa expansão. A alternativa encontrada foi à mão-de-obra imigrante que chegou ao Brasil, principalmente da Europa, sendo a Itália a maior fornecedora de imigrantes para o país. Segundo em SILVA (1976, p.23), “Entre 1887 e 1897, 1.300.000 imigrantes chegaram ao Brasil”.

Para atrair os imigrantes e tentar atender a grande demanda por trabalho existente nos cafezais, o governo brasileiro se encarregou dos gastos com transporte, e ao cafeicultor coube cobrir os gastos durante seu primeiro ano de atividade. O Contrato de Parceria, como ficou conhecido, além de colocar a disposição dos imigrantes ferramentas e terras em que pudessem cultivar os gêneros de primeira necessidade, para a manutenção de sua família, dava a oportunidade de pagar tais gastos com o fruto de suas primeiras colheitas.

Dessa maneira, foi fixada a base para a formação da grande corrente migratória que tornaria possível a expansão da produção cafeeira no Brasil. Os imigrantes assinavam um contrato de um ano, já preparado pelo escritório de imigração, em que se previa o pagamento de um salário referente a um determinado número de pés de café colhidos, e uma remuneração extra de acordo com a colheita obtida.

Ao fim do primeiro ano de contrato, muitos imigrantes rescindiam o contrato para procurar outras oportunidades que lhe oferecessem maiores ganhos. Por isso, a economia cafeeira se deparava com outro problema: a evasão da mão-de-obra, já que se estima que “um terço das famílias que chegaram para o cultivo do café deslocavam-se ano após ano”, conforme citado em SILVA (1980, p. 54), devido principalmente às más condições de trabalho nas lavouras e aos baixos rendimentos.

Com o período de acumulação do capital cafeeiro passado com trabalho escravo, o capitalismo conseguiu auferir um nível de acumulação básica ou primitiva,

que lhe permitiram expandir a produção do café. Mas à medida que a expansão cafeeira tornou-se uma realidade, o trabalho escravo acabou por se tornar um empecilho à própria acumulação de capital.

“Dois terços dos imigrantes chegados a São Paulo são empregados nas plantações”, segundo SILVA (1980 p. 51), e o restante foi alocado na construção de estradas de ferro, implantação de vários outros serviços públicos e industriais, tais como a eletricidade, o gás, os transportes urbanos etc., sem falar na própria construção do Estado.

1.2 EXPANSÃO DO CAPITAL CAFEIEIRO E ORIGENS DA INDÚSTRIA NO BRASIL

Com a introdução de técnicas agrícolas mais eficientes, faz-se maior uso do arado e, graças a melhor topografia, pôde-se introduzir a máquina carpideira que, utilizando um homem e um animal, substituíra, com vantagem, o trabalho de seis homens.

Este aumento de produtividade cresceria ainda mais com o uso de novas tecnologias como as máquinas de beneficiamento (despolpadores, descascadores, ventiladores, separadores/classificadores, modificadores de tipos de café, etc), reduzindo o custo em até 10% dos preços de exportação, ou seja, aumentando a rentabilidade dos cafeicultores em cerca de 10%.

O crescimento e o escoamento de toda a produção não teria sido possível sem as estradas de ferro. Antes das ferrovias, toda produção era transportada por uma tropa de mulas, no entanto, com a expansão das lavouras, esse tipo de transporte não poderia cobrir uma área de milhares de quilômetros de lavouras. As ferrovias diminuíram bastante os custos aos cafeicultores, mas, principalmente, acabaram com o empecilho das longas distâncias.

Com o advento do trabalho assalariado, as lavouras de café também conhecem a mecanização, já que o café seco em máquina era em média 10% mais caro que a média. Além disso, se faz necessário a criação de uma vasta malha ferroviária, a fim de escoar a produção, principalmente das lavouras mais a oeste da capital paulista, portanto, bastante longe do porto. E, enfim, é necessário um sistema avançado de relações comerciais, a fim de financiar e comercializar a produção de café, formado por casas comerciais e rede bancária.

O desenvolvimento e expansão do capitalismo no Brasil, tendo por base a economia cafeeira, não podem ser explicados somente através das lavouras do café, já que a economia cafeeira teve influência em todas as esferas da economia e da sociedade brasileira, já que desde o começo da atividade cafeeira, a mesma influenciou e criou outras atividades econômicas e desenvolveu o capitalismo em torno de si.

O fato de a economia cafeeira aglutinar uma série de outras atividades econômicas, para que possa expandir-se, é de primordial importância para que se entenda como o desenvolvimento capitalista se deu no Brasil e como a própria expansão da economia cafeeira levou ao desenvolvimento de uma economia industrial.

O café conheceu rápido crescimento de sua produção no século XIX, passando de uma safra média anual de 3 milhões de sacas, a partir da metade do século, para mais de 5 milhões de sacas a partir de 1880.

TABELA 01 - PRODUÇÃO DE CAFÉ NO BRASIL –
1821-1900 (EM MILHÕES DE SACAS)

ANOS	PRODUÇÃO
1821-1830	0,3
1831-1840	1,0
1841-1850	1,7
1851-1860	2,6
1861-1870	2,9
1871-1880	3,6
1881-1890	5,3
1891-1900	7,2

Fonte: Silva, Sérgio, Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil, Ed. Alpha-Omega, São Paulo, 1980 (3ª edição), p. 49

Essa expansão significativa das safras anuais brasileiras foi acompanhada por uma mudança geográfica da produção, já que, na década de 1880, o estado de São Paulo passa a ser o principal produtor brasileiro de café, deixando o estado do Rio de Janeiro como segundo colocado.

Os pioneiros da atividade do café, que já estavam bem estabelecidos e gozavam de boa renda, por muitas vezes financiavam a abertura de novas lavouras para outros agricultores e financiavam também a compra de maquinário, de forma similar à atividade de um banco. As casas de exportação, que compravam toda a produção e revendiam no exterior, também estão associadas ao surgimento dos primeiros bancos no país. Isso demonstra as diversas feições do capital cafeeiro, com desdobramentos em

capital industrial, bancário e comercial, que, mais à frente, iriam se constituir em frações independentes do capital cafeeiro, constituindo-se em diferentes frações de classes.

A expansão do complexo cafeeiro incide diretamente na aceleração da urbanização nos grandes centros produtores, principalmente Rio de Janeiro e São Paulo, e torna atrativo o investimento industrial nos produtos de consumo assalariado, mesmo que este tenha taxa de rentabilidade inicial menor que no café. Para a continuidade dos investimentos industriais, a margem de lucro deve crescer em longo prazo.

Assim, a indústria brasileira surge a partir dos excedentes reais e financeiros gerados no setor exportador de café e do mercado interno prévio, que ainda era restrito aos pequenos centros urbanos. Sendo assim, posteriormente, esse complexo industrial, que nasceu da acumulação do capital mercantil, fará surgir a grande indústria produtora de bens de consumo assalariado e, mais tarde, a indústria leve de bens de produção.

1.3 CONCEITO DE INDUSTRIALIZAÇÃO

Na forma de produção manufatureira e artesanal, temos como característica técnica fundamental o fato de que o objeto ou ferramenta serve ao trabalho, ou seja, o trabalho é condição primária para que exista uma atividade produtiva. Já na indústria, dá-se o contrário, ou seja, o trabalho serve à máquina, e é a máquina a condição principal no processo produtivo e o trabalhador é quem se insere nesse processo.

O processo produtivo que se enquadra nas relações de produção capitalistas, portanto, é a indústria, ela constitui uma mudança radical nas relações de produção, aumentando significativamente a divisão do trabalho e impondo o seu próprio ritmo de produção, não levando em conta mais o ritmo imposto pelo trabalho, mas sim, pela máquina.

O grau de industrialização de uma economia geralmente serve de medida para se definir o grau de desenvolvimento do capitalismo, já que, se medirmos a participação

da indústria sobre o Produto Interno de uma economia, temos como saber o quanto essa economia está inserida no processo produtivo capitalista.

Ao se analisar uma economia, na qual o capitalismo ainda é atrasado, como o caso do Brasil anterior a 1964, percebe-se que existe uma fase de transição capitalista, quando o processo de acumulação de capital ainda não é expandido, ou seja, existe uma parcela das relações produtivas que não está inserida no processo de acumulação de capital. Segundo SILVA (1976, p.23):

A industrialização é o estágio final de uma fase mais longa do modo de produção capitalista: o período de transição. No início, o capital subordina o trabalho nas condições técnicas dadas pelo desenvolvimento histórico anterior. Essas condições técnicas implicam a unidade do trabalhador e do meio de trabalho, ao nível do processo de trabalho, enquanto que a dominação do capital implica a dissociação formal do trabalhador e do meio de trabalho.

Este trabalho pretende analisar principalmente esse período de transição capitalista, quando a forma de acumulação anterior, a economia cafeeira, entra em declínio, e juntamente com a atuação do Estado, a acumulação industrial passa a ganhar importância, mas ainda sem a forma avançada de acumulação de capital industrial em setores mais pesados, como o de bens duráveis e de bens de produção, que só viria a acontecer bem mais tarde.

1.3.1 O Conceito de Capitalismo Tardio

Ao analisarmos o conceito de capitalismo tardio, conceito vastamente atribuído ao capitalismo brasileiro e latino-americano, esbarramos, inevitavelmente, na análise das relações entre a metrópole e a colônia. O desenvolvimento econômico dos países periféricos, entenda-se aí como colônias, é, nada mais, que uma etapa do processo de desenvolvimento do capitalismo mundial.

O progresso técnico auferido na Revolução Industrial na Inglaterra originou nova forma de relação produtiva, como vimos acima no conceito de industrialização.

Mas essas novas formas de produzir foram difundidas de forma lenta e irregular para o resto do mundo. Somente alguns países tiveram acesso rápido a essa nova forma de produzir, entre eles os Estados Unidos, Japão e os países da Europa Ocidental, que mais tarde originaram os grandes centros industriais.

Nos países da periferia, esse progresso técnico só é visto em setores de produção de alimentos e matéria-prima, produtos que tinham por destino os centros industriais. Essa diferenciação entre centro e periferia é bem explicada em CARDOSO DE MELLO (1981, p. 14):

A propagação desigual do progresso técnico (que é visto como a essência do desenvolvimento econômico) se traduz, portanto, na conformação de uma estrutura da economia mundial, de uma certa divisão do trabalho: de um lado, o centro, que compreende o conjunto das economias industrializadas, estruturas produtivas diversificadas e tecnicamente homogêneas; de outro, a periferia, integrada por economias exportadoras de produtos primários, alimentos e matérias-primas, aos centros industriais, estruturas produtivas altamente especializadas e duais.

As economias periféricas, por sua característica primário-exportadora, têm sua dinâmica alocada nas etapas iniciais do processo produtivo e a indústria, por sua vez, nas etapas subseqüentes do processo de produção, sendo assim, o aumento da atividade industrial fomenta a atividade primária, a qual não possui o poder de influenciar a atividade industrial.

Portanto, as economias primárias não possuem a autonomia de comandar o seu próprio crescimento, já que dependem efetivamente da demanda das economias do centro, por isso chamado de *desenvolvimento para fora*.

O advento da Primeira Guerra Mundial trouxe grande dificuldade para os países periféricos, já que a importação de manufaturados era bastante restrita. No entanto, o conflito também serviu para que as economias da periferia começassem a desenvolver suas indústrias, na fase chamada de *desenvolvimento para dentro*.

A industrialização nos países do centro requer um alto grau de capital por homem, ou seja, a relação capital-trabalho é alta, o que acabou por proporcionar a estes

países uma elevada renda *per capita*, renda essa que permitiu formar uma acumulação de renda necessária para formar o capital requerido no processo técnico mais avançado.

Já, nos países da periferia, a poupança é escassa, pois a renda *per capita* é baixa, já que se trata de países recém saídos do trabalho escravo. Também a demanda na periferia é escassa frente à escala necessária para se adotar uma técnica de produção moderna. Outro problema encontrado ainda, nos países da periferia, é a falta de indústrias de bens de capital.

Em SILVA (1985), o autor discorre de forma bastante clara a respeito à disparidade entre os países, gerada pela diferença nos níveis de industrialização. Nos países industrializados, o desenvolvimento para dentro gera um desemprego estrutural, inerente ao progresso técnico nas economias em transição, mas esse desemprego é absorvido pela demanda de bens de capital, que faz surgirem indústrias desses bens, as quais dão absorvem a massa de desempregados pelo progresso técnico. Já nas economias periféricas, não existem indústrias de bens de capital, portanto, o desemprego surge na medida em que as exportações não são suficientes para empregar toda a massa de desempregados advindos das inovações tecnológicas. Também a poupança desses países é prejudicada, pois tinham que reverter parte da acumulação industrial que viria dos bens de capital para as economias do centro, que exportavam esses bens para a periferia e praticavam as inversões de capital com parte da poupança advinda das economias com capitalismo atrasado.

Portanto, a industrialização dos países periféricos ainda dependia da demanda dos grandes centros industriais e sua dinâmica ainda era um prolongamento das economias centrais. O ritmo das exportações passa a ser essencial para intensificar o desenvolvimento econômico, pois elas fornecem as divisas para aquisição dos bens de capital, necessários no esforço de industrialização. Ao mesmo tempo, passa a ser importante uma política no âmbito nacional que reflita na capacidade de importar com as novas demandas geradas pelo processo de industrialização, reduzindo as importações de bens leves de consumo.

1.3.2 Industrialização Restringida

O setor industrial brasileiro surgiu a partir dos excedentes da acumulação do capital cafeeiro e sempre teve sua dinâmica dependente do capital cafeeiro, gerador da capacidade para importar, extremamente necessária à reposição e à ampliação da capacidade produtiva do setor industrial. Portanto, tem-se que o capital cafeeiro é também o criador do mercado prévio da indústria, mesmo quando através do gasto público ou expansão da urbanização.

O conceito de *Industrialização Restringida* é muito bem explicado por CARDOSO DE MELLO (1981), sendo sua revisão bibliográfica essencial para o entendimento desse conceito, como discorrido abaixo.

A dependência da indústria frente ao setor exportador na década de 1930, pelo lado da acumulação e inversão de capital, é decisiva para entendermos a dinâmica da economia brasileira nessa época, já que, se o modo de produção capitalista se torna dominante no Brasil, por força da própria expansão cafeeira, essa mesma não se gera simultaneamente, forças produtivas capitalistas capazes de reproduzir, endogenamente, o conjunto do sistema e a partir daí, a acumulação do capital industrial começa a propagar sua acumulação, que em longo prazo, englobará o próprio capital cafeeiro.

A partir de 1933, o setor de bens de produção se desenvolve rapidamente, principalmente devido à política de Vargas em proibir a importação de máquinas e equipamentos e ao mesmo tempo começar a desenvolver a indústria siderúrgica no Brasil. Mas esse setor de bens de produção ainda não é o setor dominante do processo de acumulação industrial, dado que a sua capacidade não atende a demanda corrente da economia com taxa de acumulação mais alta e não consegue manter a capacidade crescendo a um ritmo sustentado à frente da demanda final. Assim, a dinâmica da acumulação de capital é dada pelo crescimento do setor de bens de consumo assalariado e daí para o setor de bens de produção, sendo ambos os setores protegidos da competição

externa. Por isso, essa fase de transição no processo de acumulação capitalista pode ser chamada de “Industrialização Restringida”, já que existe a acumulação do capital industrial, mas esta não se dá de forma completa, como nos países desenvolvidos, que apresentam o departamento de bens de produção capacitado para atender a reprodução do departamento de bens de consumo assalariado.

Portanto, a “Industrialização Restringida” possui um caráter bastante contraditório se analisarmos a dinâmica de acumulação do capital que se inicia em 1933, e também realça o caráter transitório da economia brasileira nessa época.

Essa fase combina a expansão industrial que dita o ritmo de acumulação de capital com o segmento urbano da renda sendo determinante central das condições de demanda efetiva, e de outro lado, o desenvolvimento das forças produtivas e a acumulação urbana sendo insuficientes para implantar a grande indústria de base, necessária ao crescimento da capacidade produtiva à frente da demanda. Com isso, a estrutura do capital continua impondo os limites endógenos de sua própria reprodução ampliada, dificultando a disseminação interna do processo de desenvolvimento industrial.

2 O SURGIMENTO DO CAPITALISMO INDUSTRIAL

A economia brasileira desde a República teve seu crescimento baseado na acumulação do capital mercantil, que está baseado fundamentalmente na compra e venda de mercadorias por um preço desconectado de seu valor-trabalho. O lucro especulativo é viável devido às imperfeições do mercado, devido ao comércio de longa distância e aos monopólios comerciais, no caso, o café. A economia brasileira tem sua dinâmica atrelada principalmente à exportação de produtos primários, tendo o café assumido o posto de principal de fonte de receitas da economia brasileira e principal fator dinâmico de acumulação de capital em meados do século XIX.

O café foi responsável por 70% das exportações brasileiras no final da década de 1920. Veremos como, em apenas uma década, de 1919 a 1929, o capital cafeeiro dispara para seu auge e, devido aos próprios mecanismos que lhe garantiram a alta rentabilidade, caminha para seu declínio, até ser superado por uma outra forma de acumulação: o capital industrial, que nasce de uma dinâmica endógena da economia cafeeira e, devido ao esforço de Vargas, transforma-se no centro dinâmico da economia brasileira.

2.1 A ECONOMIA BRASILEIRA NA DÉCADA DE 1920

Para podermos entrar na discussão a que cabe este trabalho, devemos antes expor os relevantes fatos econômicos e sociais que antecederam a Revolução de 30 e a posterior mudança na forma de acumulação de capital da economia brasileira.

Portanto, nesse capítulo, o trabalho expõe a notável expansão do capital cafeeiro desde 1919 até 1929, quando da deflagração da crise mundial que viria a abalar a economia agroexportadora e todo seu alicerce, até os acontecimentos que levaram Getúlio Vargas a assumir o poder em 1930, passando pela formação da Aliança Liberal e pela revolução de 1930. O principal agente causador da mudança estrutural no

capitalismo brasileiro foi Getúlio Vargas, mas nesse capítulo, abordaremos o período que antecedeu sua entrada em cena como um dos principais personagens da história brasileira moderna.

2.1.1 A Economia Cafeeira

Antes de se iniciar a análise da economia cafeeira no Brasil, vale ressaltar o quanto de influência a produção brasileira tinha sobre o mercado mundial do café na última década do século XIX. “As condições excepcionais que oferecia o Brasil para essa cultura valeram aos empresários a oportunidade de controlar três quartas partes da oferta mundial desse produto” (FURTADO, 2002, p. 178). E, para aumentar ainda mais a participação do Brasil na oferta mundial de café, os outros países produtores sofreram diversos reveses, principalmente o Ceilão, na Ásia, um importante concorrente brasileiro.

O capital cafeeiro gozou de fortes taxas de acumulação no período que compreende os dez anos entre 1919 e 1929. O aumento da produção média anual brasileira, que passou, segundo AURELIANO (1981, P.15) “de 14,1 milhões de sacas entre 1914-1915 e 1918-1919 para 18,2 milhões de sacas por ano no período de 1924-1925 e 1928-1929”. Isso significa um aumento de 29% na produção média anual em apenas 10 anos. Um aumento nesse montante, para um país que respondia por boa parte da oferta mundial do produto, deveria gerar uma diminuição dos preços internacionais do café. Mas, como veremos, o governo esforçou-se para manter constante a renda dos produtores, ou seja, em patamares bastante elevados.

Vários fatores favoreceram esse aumento notável da produção cafeeira brasileira, cabendo abordá-los individualmente.

O primeiro fator que contribuiu para a expansão cafeeira na década de 1920 foi a abundância de terras propícias para o cultivo. A expansão das fronteiras agrícolas do café atingiu vários estados que não possuíam tradição no cultivo do café e se fez notar

até mesmo em terras normalmente dispensáveis para a agricultura. AURELIANO (1981, P.16) lembra que “na década de 1910 o estado de São Paulo respondia por 75% da produção nacional, passando para 60% na década de 1920”.

Outro fator importante na escalada do café foi a disponibilidade de mão-de-obra, tanto de imigrantes como de ex-escravos. A migração de trabalhadores de outras regiões, principalmente do Norte e Nordeste do país, para trabalhar nas lavouras de café também aumentou drasticamente. Essa migração interna foi motivada principalmente pelas intensas secas que assolavam a região Nordeste, cuja principal forma de produção era a agricultura de subsistência. Reparámos que em AURELIANO (1981, P.18), a autora menciona que “nos vinte anos entre 1901 e 1920, cerca de 67.500 trabalhadores nacionais haviam migrado para São Paulo e, somente nos dez anos entre 1921 e 1930, cerca de 212.000 deixaram suas terras e foram para o estado de São Paulo em busca de trabalho”. Desse modo, o capital cafeeiro encontrou sua oferta de mão-de-obra para atender sua expansão, sem que tivesse que aumentar os salários, já que os mesmos permaneceram com poder de compra estável durante toda a década de 1920, aumentando ainda mais a rentabilidade das lavouras.

O último e principal fator que deu respaldo à significativa expansão da produção do café na década de 1920 foi o aumento constante dos preços internacionais do café, beneficiado principalmente pela demanda externa em ascensão. O aumento vigoroso da procura externa pelo café brasileiro deveu-se à prosperidade da economia mundial nos primeiros anos da década de 1920, quando da recuperação da Primeira Guerra Mundial. Destaque para a economia americana, que auferiu forte crescimento durante a guerra, passando por um período de reestruturação até o ano de 1923, quando voltou a acelerar sua expansão econômica e tornou-se o principal comprador do café brasileiro.

Os preços internos do produto, que “em 1919 estavam em 94,6 mil-réis por saca e passaram para 204,6 mil-réis por saca no ano de 1929”, segundo AURELIANO (1981, P.20). Com o fim do primeiro grande conflito mundial em 1918, iniciou-se a retomada

do consumo de café, nesse ano e início de 1919, resultando na duplicação do preço internacional do produto, sendo que as divisas provenientes das exportações de café passaram de 25 milhões de libras em 1918 para 66 milhões em 1919. No entanto, o intenso aumento dos preços internacionais do café não pode ser explicado exclusivamente pelo aumento da demanda externa, sendo que a política de valorização efetuada pelo governo brasileiro contribuiu, e muito, para a escalada de preços do produto.

Em 1921, o preço internacional do produto sofreu violenta redução devido ao momento de crise da economia americana, como já mencionado acima, nessa época nosso maior cliente comprador de café.

Vale a pena transcrever a breve e esclarecedora explicação de AURELIANO sobre a política de valorização do café adotada pelo governo brasileiro. Segundo AURELIANO (1981, p.22):

A intervenção do Estado no mercado cafeeiro para retirar o café excedente – isto é, quando de uma safra acima de nossas possibilidades de venda a um determinado preço – já havia sido posta em prática duas vezes, em 1906 e em 1917. A Terceira Valorização, a de 1921, seguida pelas safras relativamente reduzidas de 1921-1922 e 1922-1923, foi capaz de deter a queda dos preços internacionais, que em seguida cresceram até 1925.

Na verdade, como explica bem FURTADO (2002),” o primeiro esquema de valorização teve de ser posto em prática pelos estados cafeeicultores, sem o apoio do governo federal”. Os estados possuíam a liberdade de contrair financiamentos externos e a liberdade de promover a tributação sobre as exportações, direitos estes assegurados pela descentralização republicana. No entanto, o governo federal se viu obrigado a assumir a responsabilidade pela política de Valorização, já que a mesma tinha tomado proporções maiores que os estados poderiam agüentar. Como consta em (FURTADO, 2002, p. 180), “O êxito financeiro da experiência veio consolidar a vitória dos cafeeicultores que reforçaram o seu poder e por mais um quarto de século – isto é, até 1930 – lograram submeter o governo central aos objetivos de sua política econômica.”

A política de Valorização, que era utilizada para impedir uma queda mais acentuada dos preços internacionais, passa a representar uma política permanente para manter os preços elevados, ou seja, a *Política de Defesa Permanente*, que manteve os lucros dos cafeicultores em um patamar bastante elevado. O lucro elevado, e artificial, já que era mantido através da compra de excedentes da produção, pelo governo federal, gerou uma consequência bastante prejudicial para o futuro do próprio negócio cafeeiro. Tal consequência foi a expansão das fronteiras agrícolas do café, com significativo aumento do plantio, pois os produtores possuíam boa monta em divisas para financiar o plantio, devido ao lucro elevado e, também, havia terra e mão-de-obra de sobra para absorver o crescimento da oferta de café.

Excelente explicação sobre os efeitos maléficos da política de valorização exercida nos é oferecido por Celso Furtado. Segundo (FURTADO, 2002, p. 178)

Mantendo-se firmes os preços, era evidente que os lucros se mantinham elevados. E também era óbvio que os negócios do café continuariam atrativos para os capitais que nele se formavam. Em outras palavras, as inversões nesse setor se manteriam em nível elevado, pressionando cada vez mais sobre a oferta. Dessa forma, a redução artificial da oferta enendrava a expansão dessa mesma oferta, criando um problema maior para o futuro.

Sendo assim, o governo teria de comprar uma quantidade cada vez maior de excedentes produtivos a fim de manter o preço em patamar elevado.

Quando esse aumento de plantio, na segunda metade da década de 1920, se transformou em aumento de produção, o país obteve safras recordes, sendo que, entre os anos de 1929 e 1934, o Brasil colheu nada menos que três safras superiores a 28 milhões de toneladas de café, lembrando que a safra de 1919 foi de 18,2 milhões de toneladas. Em se levando em conta que a demanda se manteve praticamente estável desde 1929, tem-se noção do excesso de oferta registrado nos primeiros anos de 1930 e seu efeito direto sobre os preços internacionais do café.

A contradição intrínseca ao complexo cafeeiro, ou seja, o fato de que mantendo os altos rendimentos dos produtores, criava-se um incentivo ao aumento da produção,

que por si só iria diminuir os lucros, acabou sendo agravada pela política de valorização do governo federal, lembrando também que boa parte dessa política foi financiada por recursos externos, nem sempre com condições favoráveis ao tomador de recursos, e, como a crise de 1929, praticamente acabou com a liquidez externa, tornando os empréstimos externos praticamente inacessíveis. A política de defesa do café encontraria dificuldades proibitivas após 1929.

2.1.2 A Indústria Brasileira na Década de 1920

É sabido que o processo de produção industrial já havia sido implantado há muito tempo no Brasil. O capital industrial surge entre os anos de 1886 e 1897 junto com o primeiro longo ciclo do capital cafeeiro e surge para atender a crescente demanda por manufaturados de consumo assalariado. O capital social se destinou, primeiramente, ao setor de bens de consumo assalariado, pois o mesmo possui tecnologia aberta e disseminada e adequada para as máquinas e equipamentos importados, além de exigir planta e investimentos reduzidos, bastante adequados para o nosso estágio inicial de desenvolvimento capitalista.

Como o Brasil estava bastante atrasado industrialmente perante as economias industrializadas, a competição entre os produtos manufaturados do Brasil e dos países industrializados era bastante desigual. Essa desigualdade exigia que as indústrias, no Brasil, iniciassem suas atividades já como grandes indústrias, para se igualarem ao estágio de desenvolvimento industrial das concorrentes estrangeiras, o que exigia mecanização total e grandes investimentos. As indústrias brasileiras também enfrentavam dois empecilhos para sua instalação, como segue abaixo.

O primeiro era o fato de que o mercado interno brasileiro não era interligado e os centros consumidores eram praticamente isolados um do outro, devido à precariedade do sistema de transportes terrestres no Brasil. O segundo fator, que dificultava a instalação de indústrias no Brasil, era a energia elétrica escassa, já que o país só iria

possuir uma rede de distribuição de energia a partir do começo do século XX. E, como era bastante razoável o tamanho mínimo exigido para as plantas industriais dos segmentos têxteis, papel, cimento, moinho de trigo e outras de consumo assalariado, o capitalista era obrigado a investir tanto na planta quanto em outra planta para geração de energia. O custo proveniente de tal investimento dobrado, não raras vezes, se tornava um grande empecilho, já que os produtos importados acabavam por se tornar mais competitivos que os nacionais. Sem contar com o fato desse investimento inicial se defrontar com um mercado consumidor de dimensões regionais.

No entanto, em setores onde não se exigia tamanha mecanização inicial nem grande consumo de energia, havia facilidade de entrada de médios e pequenos capitalistas. São esses os seguintes setores mais acessíveis: Móveis e serrarias, olarias, massas alimentícias, curtumes, sapatos e outros similares.

Portanto, percebemos que o setor industrial já nasce, no Brasil, de uma forma oligopolizada, já que não há uma competição inicial, e sim a instalação de grandes indústrias, já no começo do processo de acumulação de capital industrial.

Mesmo com a vinda de poucas e grandes indústrias, a reprodução de capital industrial ainda se submetia a reprodução do capital mercantil, pois ainda não existia um departamento produtor de meios de produção. Com isso, o capital industrial estava submetido à renda proveniente do setor exportador criado pelo complexo cafeeiro, já que, nesse momento, o capital industrial não era capaz que criar seu próprio mercado consumidor.

A década de 1920 foi marcada por baixas taxas de crescimento industrial, porém de forte modernização da indústria de bens de consumo assalariado. Essa modernização se deu devido ao aumento da capacidade da economia brasileira para importar, que decorreu da entrada de capital do complexo cafeeiro e da valorização cambial de 1921 até 1929, determinando uma queda do preço relativo das importações. Os bens importados eram bastante competitivos, em termos de preços, com os nacionais, já que o país carecia de uma política tarifária para as importações e o câmbio continuou

se valorizando, fruto da política do governo de proteção ao café, que veremos no próximo capítulo. As importações de bens de consumo assalariado cresceram com taxas em torno de 15% ao ano durante a década de 1920, absorvendo uma demanda que poderia ser destinada à indústria nacional. Esses fatos supracitados explicaram o fraco desempenho industrial da década e a crise estrutural vivida pela indústria nacional, que competia com economias já bastantes industrializadas e com uma taxa de câmbio desfavorável.

2.2 A REVOLUÇÃO DE 1930

Cabe agora analisar a transição política que o país sofreu no ano de 1930, que resultou na subida de Vargas ao poder ainda no Governo Provisório que compreendeu o período de 1930 a 1937. No capítulo dois, o trabalho se concentra na atuação de Vargas, dando maior ênfase na mudança promovida nas diversas esferas da sociedade brasileira, principalmente na economia e nas relações entre os fatores dinâmicos da economia, o capital cafeeiro, o capital industrial e o trabalho, culminando em uma economia bastante diferente da que existia no país antes de 1930. Portanto, esse capítulo finaliza analisando os fatos políticos que levaram Vargas ao poder.

Não cabe, nesse trabalho, analisar se o movimento político de 1930, possuía realmente o caráter revolucionário ou não, já que o trabalho em questão focaliza, preponderantemente, a mudança de cunho econômico implementada por Vargas na década de 1930. No entanto, no trabalho em questão, se mantêm a tradição da literatura brasileira, denominando o movimento de outubro como Revolução de 30.

Primeiramente, analisaremos a formação da Aliança Liberal e as propostas constantes em sua plataforma. Vargas começa a ganhar espaço no cenário político nacional quando, de 1926 para 1930, passa de líder da bancada do PRR na Câmara Federal, para Ministro da Fazenda do governo de Washington Luís e, posteriormente, para Presidente do Rio Grande do Sul, o que equivale a governador nos dias de hoje.

Ao contrário dos anos de 1929 e 1930, quando Vargas criticava abertamente o continuísmo na política brasileira desde o surgimento da República, principalmente o domínio político das oligarquias cafeeiras que dominavam o cenário político nacional há muitos anos, no discurso de 24 de janeiro de 1926 ele adota outra posição, conforme mostrado em FONSECA (1989, p.185) “as forças políticas dominantes de todos os estados apóiam o Sr. Presidente da República e dão-lhe todo o prestígio” e “O situacionismo gaúcho é profundamente contrário, por princípios de patriotismo, às manifestações subversivas e desagregadoras, (...)” vale lembrar que na ocasião desse discurso, Vargas era deputado federal e haviam surgidos alguns movimentos de caráter revolucionário, em diversos estados.

Vargas assume como Ministro da fazenda no final do ano de 1926, já no governo de Washington Luís e permanece durante cerca de um ano, assumindo, posteriormente, a presidência do Rio Grande do Sul, em 25 de novembro de 1927.

A posição conservadora de Vargas antes de 1930 fica bastante clara ao analisar os seus discursos e pronunciamentos nos quatro anos que antecederam a Revolução de 1930, no quais existem poucas palavras sobre a questão trabalhista, ou “questão social”, como é usualmente denominado pelos autores que tratam desse período. Como líder da bancada gaúcha na Câmara de Deputados, Vargas foi contra a regulamentação das leis do trabalho, como a implantação da jornada de 8 horas e direito a férias. Esse posicionamento diverge bastante das atitudes que tomou após 1930, quando criticou a ineficiência dos governos anteriores a 1930 ao atender aos anseios dos trabalhadores, quando ele mesmo, Getúlio Vargas, foi contra propostas que beneficiavam os operários.

O Rio Grande do Sul vislumbrava um candidato do seu estado para a Presidência da República, mas, para tal, tinha que haver uma união no âmbito interno, originou-se daí a aproximação de Vargas e seus antigos adversários políticos, os maragatos. Os maragatos abriram mão de uma candidatura própria à presidência do Rio Grande do Sul, desde que o PRR indicasse o nome de Vargas para o cargo, o que foi

feito e Vargas lançou-se candidato à Presidência do Rio Grande do Sul, com apoio do governo federal, dos oposicionistas estaduais e de seu partido, é claro.

Vargas assume a Presidência do Rio Grande do Sul em 1928 e prega desde o começo a união política interna e a neutralidade do governo estadual frente a assuntos políticos. Logo no começo do mandato Vargas transparece sua simpatia à indústria, com a criação do Banco do Estado do Rio Grande do Sul em junho de 1928, abrindo uma fonte de crédito para produtores e industriais, dando amparo ao processo de acumulação capitalista.

Já em 1929, Vargas desponta como nome forte para concorrer à Presidência. Em 20 de setembro de 1929 foi realizada a convenção que oficializou a chapa Vargas-João Pessoa concorrendo para presidente e vice, respectivamente. Estava formada a Aliança Liberal, cercada de expectativas e que respondia aos anseios populares de renovação. É sabido que, nessa época, as eleições eram manipuladas pela máquina governamental, principalmente devido às regras eleitorais vigentes. Com seu discurso voltado ao povo em geral, Vargas angariou bastante apoio das massas urbanas em torno de seu nome. A classe industrial, uma das mais beneficiadas pela política de Vargas, apoiava sempre os partidos de situação em seus respectivos estados, portanto, inerente às oligarquias, que tanto Vargas culpou pela situação econômica em que se encontrava o Brasil.

Cabe salientar que a chapa em questão, que pregava a ruptura e endurecia as críticas ao governo federal, na verdade era formada por oligarquias dissidentes, principalmente a mineira, que rompeu sua parceria com São Paulo, devido a esse impor o nome de Júlio Prestes como sucessor de Washington Luís, decretando assim, o fim da conciliação entre São Paulo e Minas Gerais, que dominavam o cenário político nacional desde a metade da República Velha. Também pesa o fato de que Getúlio Vargas cogitou trocar de lado e aderir à candidatura de Júlio Prestes como vice-presidente, mas reconheceu que se fizesse isso, seu prestígio na terra natal estaria acabado.

Não cabe a esse trabalho analisar o conteúdo do programa da Aliança Liberal e em que teoria estava apoiada, sendo relevante apenas narrar, brevemente, os acontecimentos que levaram Getúlio Vargas ao poder. A Aliança Liberal perdeu as eleições realizadas em 1º de março de 1930, e parte de seus colaboradores insistiu em tentar um golpe de estado. Vargas se manifesta apenas em 31 de maio do mesmo ano, não atacando o governo, diretamente, mas fazendo críticas à legislação eleitoral, questionando o fato de que, em alguns estados, as urnas foram abertas apenas nas capitais, mas ao final do manifesto, afirmou que respeitava às leis vigentes, não dando a entender que estava a favor da tomada de poder via luta armada.

As forças armadas eram simpatizantes da Aliança Liberal, e nos meses que sucederam a eleição presidencial se aproximaram ainda mais dos que ansiavam pela revolução. Vargas atuou nos bastidores, organizando e aglutinando colaboradores, até que proferiu discurso instigando o espírito revolucionário, discurso este cuja principal parte consta em FONSECA (1989, p.134):

Dados tais acontecimentos, qual a perspectiva que se nos desenha e que porvir nos espera, com o prosseguimento do atual estado de cousas? Um infinito Saara mora, privado de sensibilidade e sem acústica. O povo oprimido e faminto. O regime representativo golpeado até a morte, pela subversão do sufrágio popular. O predomínio das oligarquias e do profissionalismo político. As forças armadas, guardas incorruptíveis da dignidade nacional, constrangidas ao serviço de guarda-costas de caciquismo político. A brutalidade, a violência, o suborno, o malbarato dos dinheiros públicos, o relaxamento de costumes e, coroando este cenário desolador, a advocacia administrativa a campear em todos os ramos da administração pública.

Esta passagem mostra que a revolução já estava em curso e, graças a um movimento rápido dos militares, que depuseram Washington Luís e formaram uma junta militar para transmitir o poder, Vargas enfim torna-se representante máximo do Governo Revolucionário.

3 A POLÍTICA DE VARGAS

Vargas assume como Chefe do Governo Provisório em 03 de novembro de 1930. O mundo ainda sentia o golpe da crise de 1929 e a economia interna estava em crise muito mais profunda, não causada pela ruína financeira de 1929, mas sim pela política do próprio governo brasileiro de manutenção dos elevados preços internacionais do café, política essa que acabou por produzir enormes déficits governamentais.

O capítulo a seguir aborda a recuperação econômica do país imprimida por Vargas a partir de 1932, principalmente devido à sua política que visava desenvolver o mercado interno, incentivar a indústria e diminuir a dependência das exportações de café, mas, vale lembrar, Vargas deixa clara a importância do produto para a economia brasileira. Veremos também o esforço estatal para ampliar e diversificar as forças produtivas capitalistas, promovendo a aproximação entre o Estado e as diversas classes através da criação de diversos órgãos estatais para segmentar a atuação do governo.

No capítulo anterior foram expostas a ascensão e queda da economia cafeeira e também o rumo político brasileiro até a tomada do poder pelos derrotados na eleição presidencial. Nesse capítulo, o trabalho expõe a política de Vargas, nas diversas esferas da sociedade brasileira, e como estas mudanças foram fundamentais para o assentamento da indústria como principal fonte dinâmica de acumulação capitalista e dando condições para que o capital industrial desfrutasse de altas taxas de acumulação, permitindo-lhe expandir-se e transformando assim, o país agroexportador, em uma economia com mercado interno forte e bastante industrializada.

Com Vargas no poder, o capital cafeeiro perdeu parte de sua influência no quadro político nacional, já que o Estado levava também em consideração tanto os interesses da indústria, quanto da agricultura voltada para o mercado interno, ao contrário da República Velha, focada principalmente nos interesses do café.

3.1 A CRISE CAFEEIRA E A RECUPERAÇÃO ECONÔMICA

A crise de superprodução pela qual passava a economia brasileira se agravou ainda mais entre os anos de 1927 e 1929, quando as exportações de café conseguiam absorver apenas dois terços da quantidade produzida internamente, o restante era comprado pelo governo, a fim de manter os preços em patamares elevados, assim como a lucratividade dos produtores.

Quando Vargas assumiu o poder, a situação da economia cafeeira era alarmante, já que os preços internacionais estavam em queda constante, os estoques nacionais do produto superavam 20 milhões de sacas e a economia mundial ainda estava em crise devido à Grande Depressão. Veremos a visão e a postura de Vargas em relação ao café e a política adotada para tentar sanar a crise pela qual a economia cafeeira passava. Mesmo que Vargas fosse contra as oligarquias, ele não podia simplesmente abandonar os cafeicultores à sua própria sorte, pois isso resultaria na bancarrota de toda a economia brasileira.

3.1.1 Vargas e o café

A solução para esse problema, em crises anteriores, era recorrer a empréstimos externos, comprar os excedentes de produção e aumentar os estoques, esperando vendê-los no futuro. Vargas decidiu que dessa vez não recorreria a financiamento externo para amenizar o problema, mesmo porque os empréstimos externos estavam bastante escassos devido à crise de 1929, e os empréstimos disponíveis apresentavam condições bastante desfavoráveis. A alternativa encontrada pelo Governo Provisório, foi tarifar a exportação de café em 20% a fim de levantar recursos para comprar os excedentes de produção e retirá-los do mercado, para amenizar a queda dos preços internacionais, já que mantê-los não era mais possível. Essa medida se deu porque, aos olhos do Governo Provisório, o setor cafeeiro era o único capaz de arcar com montante tão elevado quanto o necessário

para comprar os excedentes de café, sem contar que os compradores estrangeiros também deram sua contribuição, já que parte dos impostos sobre as exportações de café era transferida para os compradores.

Estimava-se que, no ano de 1931, o excesso de café sem demanda totalizava 26 milhões de sacas, sendo que as exportações giravam em torno de 9,5 milhões de sacas por ano. Esses números dão dimensão do tamanho da crise na qual o setor se encontrava. Para que o governo pudesse amenizar os efeitos da crise, deveria possuir total controle sobre as exportações do produto e até sobre a produção. Para isso, foi criado em 1931 o Conselho Nacional do Café, para administrar o imposto sobre as exportações de café e planejar a política de auxílio do setor cafeeiro.

Os atos de intervencionismo federal na política cafeeira para amenizar a crise já começam a acenar com um novo tipo de postura do governo central, e os anos de Vargas à frente do Governo Provisório foram marcados pela centralização econômica e forte intervenção do estado na economia, bastante divergente da política de liberalismo econômico que os presidentes anteriores defendiam com fervor.

O Chefe do Governo Provisório teve uma visão bastante peculiar sobre a crise do café, como vemos em um discurso de Vargas: “(...). Daí, proveio a superprodução, fenômeno causador da crise atual. Hoje, intensificar e ampliar a produção é problema facilmente solúvel, dependendo, apenas do capital, atividade e competência técnica; mas o corolário correlato, difícil de resolver, é a conquista de mercados, e, para realiza-la, digladiam-se todas as nações civilizadas”. FURTADO (2002, p.180). Essa passagem, ainda que não claramente, mostra que o país deveria conquistar mercados, e isso se daria não somente com o café, mas com a diversificação da produção. Vargas também reconhece a precariedade do mercado interno e já aponta para uma integração do mesmo, proferindo discursos prometendo que iria atuar para diminuir as gigantescas distâncias que separavam os mercados regionais.

3.1.2 A Desvalorização cambial e a Defesa do café

Como já vimos acima, recorrer para empréstimos provenientes do exterior para financiar a compra dos excedentes das safras de café, estava fora de cogitação depois da crise econômica de 1929, portanto, restou ao governo brasileiro adotar a clássica política de defesa através da taxa cambial.

Em maio de 1931, Vargas cria o Conselho Nacional do Café, que tinha como uma de suas principais funções, administrar o imposto criado sobre as exportações de café e promover políticas de ajuda ao setor cafeeiro.

O país passava por momento delicado quanto às reservas metálicas, já que as havia utilizado para aquisição de estoques de café antes de 1929.

A queda repentina nos preços internacionais do café e a não funcionabilidade do sistema de conversão acarretaram a queda da moeda brasileira. Segundo (FURTADO, 2002, p. 198), “A baixa do preço internacional do café havia alcançado 60 por cento. A alta da taxa cambial chegou a representar uma depreciação de 40 por cento. O grosso das perdas poderia, portanto, ser transferido para o conjunto da coletividade através da alta dos preços das importações”.

No entanto, ainda resta o fato de que a demanda mundial não era suficiente para absorver toda a oferta brasileira de café. Esse alívio aos produtores, causado pela depreciação cambial, levava os cafeicultores a continuarem colhendo café e aumentando ainda mais a quantidade disponível e a pressão sobre o mercado. Essa situação tinha como consequência nova queda nos preços internacionais que, por sua vez, ocasionava nova depreciação cambial. Se esse círculo vicioso continuasse, seria estímulo para que os produtores simplesmente abandonassem sua produção.

Era essencial que os elevados excedentes de produção não pressionassem ainda mais os preços internacionais para baixo, concentrando as perdas no setor cafeeiro. Também era bastante claro que os recursos provenientes para a compra dos excedentes de produção não viriam do exterior. Deveriam vir da economia interna. Como já foi

visto, uma das primeiras medidas adotadas foi tributar os ganhos com as exportações e a outra foi expandir o crédito. O governo brasileiro também possuía a alternativa de desvalorizar continuamente a taxa cambial, o que seria de grande ajuda à burguesia cafeeira, no entanto, levaria à quebra do Estado, em período não muito longo. Essa medida também era vista com maus olhos por nossos credores externos, cujos governos certamente nos iriam impor sérias represálias.

O governo brasileiro, já no ano de 1931, adota uma economia monetária expansionista a fim de aumentar a base de crédito através, primeiramente, da ajuda do governo federal. Esse consultou vários banqueiros e decidiu estabelecer o penhor da taxa de 10 *shillings* sobre cada saca de café exportada, a qual seria arrecadada pelo Conselho Nacional do café e depositado, por este, no Banco do Brasil. Também se estabeleceu que, para que isso ocorresse, se elevasse o limite de redesconto do Banco do Brasil, ou carteira de redesconto, de 100 mil-réis para 400 mil-réis, atendendo à necessidade de liquidez por parte do banco do Brasil.

Portanto, com os recursos provenientes da tributação das exportações de café e com os créditos do banco do Brasil e do Tesouro Nacional, foi possível comprar grandes quantidades de produção excedente e também promover a destruição de nada menos que 1,1 milhões de sacas em 1932. Essa política teve, como conseqüência, o aumento do déficit governamental da ordem de 500 mil contos, ou seja, 20% da despesa federal no ano de 1932.

Apesar do aumento do déficit corrente do governo, a política econômica adotada obteve bastante sucesso, com o gradativo aumento dos preços internacionais do café, mas também acompanhado pela política que restringia novas lavouras de café, apontando para um equilíbrio entre a oferta e demanda de café no longo prazo. Para isso, foi criado outro imposto, que se baseava no pagamento de um mil-réis para cada novo pé de café plantado no estado de São Paulo, com objetivo de tentar barrar os sucessivos aumentos de plantio.

Por outro lado, além de evitar a derrocada do café, a política de defesa adotada beneficiou indiretamente a indústria, que obteve uma alta em sua lucratividade causada pela modificação dos preços relativos, já que o governo adotou diferentes preços para os produtos importados e para os produzidos internamente.

Vargas reconhece a importância do café para o país e tenta, então, manter parte da renda dos produtores, mas sem incentivar o aumento do plantio. Inicia-se, no ano de 1931, a política de destruição de parte dos estoques excedentes de café, através da queima, que duraria até 1944. Percebe-se que Vargas adota uma política que visa a sobrevivência do café, mas não se preocupa em aumento de produção e nem em manter a rentabilidade do capital cafeeiro. Essa postura já sinaliza que o café deixaria de ser a única fonte dinâmica da economia brasileira.

A afirmação acima se fez sentir na medida em que a área plantada passa de 3,9 milhões de hectares na safra de 1930-1931 para 2,4 milhões de hectares a partir de 1939. O nível de produção caiu cerca de 50%, entre o início da década de 1930 até meados da próxima década.

O processo de expansão de crédito utilizado no financiamento do setor cafeeiro, como vimos, contribuiu para o aumento do déficit da balança de pagamentos, já que as importações tenderiam a manter-se ou a se elevar em se mantendo a renda nominal interna, enquanto se diminuía as exportações, causando mais um problema: o financiamento das importações. No entanto, veremos que o governo alterou os preços relativos e, aliada com uma substancial soma de dinheiro que permaneceu dentro do país e não foi gasta em importações, originou o processo de substituição de importações.

3.1.3 A Política de Substituição de Importações

Ao abordar a mudança no padrão de acumulação de capital que a economia brasileira sofrera entre os anos de 1930 e 1937, é obrigatório o entendimento do que vários autores chamaram de “Industrialização Restringida”. Tem esse nome porque o

processo de reprodução do capital industrial não contempla os setores dinâmicos de bens de produção.

Vejamos agora a explicação de Cardoso de Mello em AURELIANO (1981, p.93):

Há industrialização, porque a dinâmica de acumulação passa a se assentar na expansão industrial, ou melhor, porque existe um movimento endógeno de acumulação, em que reproduzem, conjuntamente, a força de trabalho e parte crescente do capital constante industriais; mas a industrialização se encontra restringida porque as bases técnicas e financeiras da acumulação são insuficientes para que se implante, num golpe, o núcleo fundamental da indústria de bens de produção, que permitiria à capacidade produtiva crescer adiante da demanda, autodeterminando o processo de desenvolvimento industrial.

Liana Maria Aureliano indica que o desenvolvimento industrial restrito é explicado pela acumulação, determinada, em última instância, pela capacidade para importar. Com a queda dos preços internacionais do café, para que a renda dos produtores não caísse na mesma proporção que os preços do café, o governo optou por utilizar a expansão de crédito para financiamento do setor cafeeiro, ao invés dos empréstimos externos, o que tenderia a prejudicar a balança de pagamentos, já que as importações se encontrariam nos mesmos níveis ou até superiores e as exportações diminuiriam consideravelmente. Como já vimos, o governo optou pela desvalorização cambial e adotou preços relativos diferentes para as importações e para a exportação de café. Desse ponto surge o processo de substituição de importações, com os preços relativos das importações aumentando, havia um montante considerável de recursos que não seriam gastos no exterior. No entanto, o processo só foi viável devido à capacidade ociosa existente na indústria, que foi capaz de atender o aumento da demanda por bens de consumo assalariado,

A partir daí, a demanda interna passa a representar um importante setor na economia, na medida em que essa prevalece frente ao setor exportador, pois oferece ganhos mais elevados do que os ganhos, sempre em queda, do setor exportador. Sendo

assim, a demanda interna por bens passa a configurar como agente direto na reprodução do capital industrial, ao invés do setor importador.

Segundo (FURTADO, 2002, p. 198):

Bastaria citar como exemplo a indústria têxtil, cuja produção aumentou substancialmente nos anos que se seguiram à crise sem que sua capacidade produtiva tenha sido expandida. Esse aproveitamento mais intensivo da capacidade instalada possibilitava uma maior rentabilidade para o capital aplicado, criando os fundos necessários, dentro da própria indústria, para sua expansão subsequente. (...) O crescimento da procura de bens de capital, reflexo da expansão da produção para o mercado interno, e a forte elevação dos preços de importação desse bens (...), criaram condições propícias à instalação no país de uma indústria de bens de capital.

Percebe-se, pela passagem acima, que ao voltar-se para o mercado interno, Vargas acaba por estimular a acumulação de capital industrial que, ao contrário da forma de acumulação do capital cafeeiro, ainda possuía vasta demanda a ser atendida e acabaria por se tornar a principal fonte produtora da economia brasileira, em poucos anos.

O próprio Vargas esclarece suas intenções quanto à política econômica a ser adotada em seu discurso de 3 de outubro de 1931, quando resume os feitos do Governo Provisório, e dá sinais de que o governo vai intervir com maior vigor na economia.

Em FONSECA (1989, p.178):

A orientação que adotamos, ditada pelo bom senso, aconselhada pela experiência, tanto nossa como de outras nações e, ainda, pelo ensinamento dos mestres, não há de falhar nos seus resultados. Cortar despesas, equilibrar orçamentos, estimular fontes produtoras, diminuir a importação e aumentar a exportação – julgamos medidas elementares de política econômica de benefício certo e insofismável.

No entanto, o equilíbrio orçamentário, em si, não foi efetivamente encontrado. No entanto, a diminuição das importações o foi. Esse discurso transparece a postura pública de austeridade e ortodoxia econômica, mas diferia bastante das ações postas em prática, já que as despesas do governo cresciam constantemente e observa-se a execução

de uma política monetária expansionista, aumentando, em duas vezes, os meios de pagamentos durante a década de 1930.

A base para a política de substituição de importações já estava lançada, faltava ao país uma série de mudanças institucionais, sociais e de infra-estrutura que viriam a propiciar uma transformação capitalista nunca vista na história do Brasil, passando pela questão agrária, pela alocação de capital, pela divergência entre capital estrangeiro e capital nacional e pela questão social. Nesse ponto se dá a ruptura com o domínio do sistema agroexportador, pois, a partir de 1930, se conhece novo tipo de desenvolvimento capitalista, voltado para o mercado interno e seu desenvolvimento, assim como dos agentes e de toda a estrutura da sociedade brasileira. No entanto, vale ressaltar que as exportações continuaram a ser de extrema importância para a economia brasileira, só que, agora, como fonte de divisas para aquisição de máquinas importadas para crescimento da atividade industrial, diferentemente da década anterior, quando a atividade exportadora era a principal fonte geradora de renda interna e fator dinâmico da economia e, a partir de 1930, o capital mercantil passa a trabalhar para o crescimento do capital industrial.

3.2 A CENTRALIZAÇÃO e INTERVENÇÃO ESTATAL

Uma importante mudança implementada por Vargas, de cunho administrativo e de vasta importância, foi a centralização político-administrativa da administração dos órgãos federais. Ao fazer isso, Vargas consegue agilizar e otimizar as decisões nos diversos órgãos executivos do governo, tirando boa parte da liberdade de tomada de decisões econômicas dos estados e concentrando-as em suas mãos. Dessa forma, o intervencionismo econômico acaba por ser a principal arma de execução das políticas de Vargas.

Os governos anteriores a 1930 possuíam clara tendência liberal, no entanto, aplicavam medidas de intervenção estatal na economia em ocasiões especiais, mais

notoriamente, em defesa ou proteção à força motriz da economia: o café. A partir de 1930, o intervencionismo passa a ser uma prática usualmente adotada, como que com base teórica justificável, para se conseguir o bem-estar da nação que o mercado por si, não foi capaz de implantar. O federalismo, praticado anteriormente à Revolução de 1930, abria espaço para as oligarquias políticas estaduais se perpetuarem no poder nos estados, e dificultava a integração da nação em um só mercado.

O trabalho pretende agora mostrar como a política centralizadora e intervencionista de Vargas atua no sistema econômico brasileiro de forma a buscar a adequação e preparação do país para um novo processo de desenvolvimento capitalista, através de mudanças estruturais de cunho tributário, cambial, trabalhista e até mesmo atuar na produção, como na siderurgia, por exemplo.

3.2.1 Tributação

Ainda na esfera do centralismo político e econômico, cabe analisar a mudança na arrecadação de tributos, implementada por Vargas, para uniformizar o sistema tributário dentro do país. Os estados possuíam o direito constitucional de contratar empréstimos internacionais, fato esse em que Vargas colocava boa parte da culpa pela crise econômica. Os estados também eram os responsáveis pela maior fatia do bolo tributário, ou seja, os impostos sobre as exportações. Não é necessário evidenciar que São Paulo era o maior arrecadador entre os estados.

Foi nesses dois pontos principais que Vargas concentrou seus esforços, na centralização tributária e atuando para impedir que os estados buscassem empréstimos no exterior. Mas para que os estados aceitassem abrir mão da sua maior fonte de receitas, o imposto sobre exportações, deveria haver uma recompensa na altura do esforço, e Vargas encontrou a solução passando todas as dívidas dos estados para a União, numa espécie de anistia das dívidas dos estados. No entanto, essas mediadas possuíam um cunho político, não tão visível automaticamente, já que, com essas medidas, Vargas

ataca frontalmente o poder político das oligarquias estaduais, principalmente São Paulo e Minas Gerais, que também eram os maiores arrecadadores do tributo sobre as exportações. Com essas medidas, a União passa a ter as funções de fiscalização e uniformização da tributação, já que os tributos variavam muito de estado para estado.

3.2.2 Transportes

Com relação aos transportes, estava bastante claro que o país carecia de um sistema que interligasse as diversas regiões do território brasileiro, integrando assim o mercado interno e, como já foi salientado anteriormente, um dos maiores interesses de Vargas era o desenvolvimento do mercado interno a partir das indústrias nacionais.

O plano de Vargas era o desenvolvimento de um plano que integrasse as redes de transportes ferroviário, rodoviário e de navegação, a fim de melhorar as relações entre os povos das diferentes regiões, antes separadas pelas gigantescas distâncias e barreiras naturais do território brasileiro. Para isso, implementou reformas em diversos portos estaduais com dinheiro da União e, em 1934, estabeleceu o Plano Geral de Viação Nacional, que viria a coordenar e planejar esforços na área de transportes.

Apesar do discurso de união nacional utilizado por Vargas para justificar as medidas de melhoria na área dos transportes, os maiores interessados nessa política eram as indústrias, que se beneficiariam com a diminuição do preço do frete e conseguiriam novos mercados para seus produtos, antes praticamente inacessíveis. Isso mais uma vez mostra a aproximação de Vargas com o capital industrial que, cada vez mais, ganhava importância em seus pensamentos e ações governamentais.

3.2.3 Crédito

Com respeito à política de crédito, Vargas já havia imposto severa austeridade ao governo federal quando assumiu o Governo Provisório. No entanto, à medida que

começa a dar maior importância ao setor industrial, mais vai adotando políticas em benefício desse setor. No entanto, a expansão da base monetária se daria de forma lenta, para não acentuar a desvalorização cambial. Esse processo culmina, em 1937, com a abertura da carteira de Crédito Agrícola e Industrial no Banco do Brasil que visava a ampliar a concessão de crédito para financiar a implantação de novas indústrias e ampliar as já existentes.

Vale ressaltar que nos primeiros anos da década de 1930, o acesso a empréstimos externos era bastante restrito, devido à Crise de 1929, e na mesma medida, o governo brasileiro ainda não possuía um programa de financiamento público. Portanto, o processo de implantação e ampliação de indústrias no Brasil encontrou mais um obstáculo na falta de fontes de financiamento, tendo como principais fontes de crédito, os processos de acumulação capitalista previamente instalados no país, como o capital cafeeiro, capital industrial e capital importador.

3.3 VARGAS E A INDÚSTRIA

Para explicarmos a atuação de Vargas em diversos segmentos, o trabalho em questão utiliza-se principalmente do texto de Pedro Cezar Dutra Fonseca, “Vargas: O Capitalismo em Construção”, sendo que doravante, as informações foram retiradas do texto em questão.

O período que compreende o Governo Provisório, de 1930 a 1937, é conhecido pelo rápido crescimento industrial. Conforme FONSECA (1989, p.143), “De 1931 a 1937, Vargas proibiu a importação de máquinas e equipamentos para as principais indústrias de bens de consumo assalariado, desafogando bastante a capacidade para importar, da economia, fator fundamental para a expansão industrial”. A proibição se deu devido à solicitação dos líderes empresariais, que temiam uma crise de superprodução, caso viessem a ser instaladas novas indústrias no Brasil. Mesmo que pareça contraditório, para um país que queria favorecer as indústrias, proibir a importação de máquinas e

equipamentos num momento que a demanda por bens de capital era quase totalmente atendida pelas importações, o resultado foi favorável.

Com a recuperação da economia brasileira e crescimento do mercado interno, como vimos acima, a capacidade ociosa do parque industrial brasileiro foi sendo preenchida, aumentando a lucratividade das empresas industriais. Criou-se uma nova dinâmica de acumulação favorecendo a lucratividade industrial e o nível de emprego.

Para incentivar as indústrias, Vargas criou alguns órgãos entre 1930 e 1937, tais como: o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio em 1930; o Conselho Federal do Comércio Exterior, a comissão de Similares e o Plano Geral de Viação Nacional em 1934, entre outros.

O Conselho Federal do Comércio Exterior foi criado com o intuito de estudar e propor soluções técnicas para problemas relacionados aos tratados comerciais, marinha mercante, promoção de indústrias nacionais, indústria e comércio de carne e outros. Esse órgão não dizia respeito somente às exportações, mas, também, às importações, que diziam respeito diretamente às indústrias nacionais. Entre os temas que diziam respeito ao Conselho, estava o protecionismo, conforme afirmou Vargas em discurso proferido em 1931, em FONSECA (1989, p.207):

No terreno da tributação aduaneira enveredamos por um caminho franco e desatinado de protecionismo. Temos, certamente, numerosas indústrias que merecem amparo, mas temos, também, numerosas indústrias artificiais, sem condições de resistência própria. O protecionismo, tal como se praticava, favorecia a todas, indistintamente. (...) O Aproveitamento industrial de matérias-primas do país é fator decisivo, sem dúvida, ao nosso progresso econômico.

Portanto, a passagem acima indica que o protecionismo se dará em indústrias que utilizam-se de matéria-prima produzida internamente. Vargas deixa claro que as tarifas alfandegárias não são meramente fontes de receitas do governo mas, também, meio de promoção das indústrias nacionais.

O protecionismo contribuiu com a expansão da produção industrial após 1934, tarifando os produtos importados de acordo com o produto em questão, beneficiando as

indústrias nacionais, mas estabelecendo cotas de tarifas máximas e mínimas. No entanto, em 1935, foi assinado o Tratado de Comércio Recíproco com os Estados Unidos, que reduzia as tarifas de importação de quase cem itens, sendo que 20 deles já eram produzidos em São Paulo. Isso resultou na extinção de várias indústrias.

TABELA 02 – PRODUÇÃO INDUSTRIAL NO BRASIL

Ano	Índice Villela	Índice Suzigan
1932	46,0	56
1933	52,8	61
1934	59,6	68
1935	68,0	77
1936	77,8	91
1937	83,3	93

FONTE: Aureliano, Liana M. No limiar da industrialização. São Paulo. Ed. Brasiliense, 1981. p. 123

A indústria brasileira, para que pudesse crescer em um ritmo acelerado, contou primeiramente, com abundância de mão-de-obra, já que cerca de 185.000 imigrantes estrangeiros e 450.000 imigrantes nacionais ingressam no estado de São Paulo entre 1931 e 1940. Por outro lado, o poder de barganha do proletariado industrial era bastante restrito, devido à política de Vargas em relação aos sindicatos, submetendo-os ao rígido controle do estado. Esses dois fatores contribuem para o fato de não haver pressão por aumento dos salários, o que aumentava a rentabilidade das indústrias, na medida, em que a capacidade ociosa ia sendo preenchida, portanto, a taxa de acumulação do capital

industrial, nesse período, foi bastante favorável. Segue abaixo a tabela que contempla os índices usualmente utilizados para medir a produção industrial.

TABELA 3 – PRODUÇÃO DE ALGUNS RAMOS INDUSTRIAIS – (1929 = 100)

	1932	1933	1934	1935	1936	1937
1. Minerais não-metálicos	145,4	208,9	282,5	332,0	426,5	498,6
2. Metalurgia	90,2	130,5	155,3	172,2	202,0	225,3
3. Papel e Papelão	102,2	238,8	290,9	424,1	459,7	546,9
4. Química e Farmacêutica	73,4	82,7	79,2	105,0	113,2	133,6
5. Têxtil	127,4	131,0	145,7	165,4	195,8	207,5
6. Vestuário, calçados e artigos tecidos	67,3	71,2	74,6	94,7	110,9	121,0
7. Produtos Alimentares	99,3	111,6	116,9	128,9	132,4	120,9
8. Bebidas	76,3	79,3	79,8	81,7	107,7	110,4

FONTE: Aureliano, Liana M., No limiar da industrialização. São Paulo. Ed. Brasiliense, 1981. p. 124

3.3.1 Siderurgia

A siderurgia pesada cumpre as funções essenciais do processo de transição capitalista e só com uma indústria de base instalada que atenda a demanda por bens de produção do setor de consumo assalariado, que se pode possuir um processo completo de acumulação do capital industrial. A indústria de base só iria se instalar no Brasil após

1937, quando o Estado, avançando em direção às classes, poderia definir seu papel na tarefa de instalar a indústria de base brasileira. Vale lembrar, ainda, que nos primeiros anos da década de 1930, a dinâmica de acumulação capitalista no país ainda não exigia a instalação de um pólo de siderurgia pesada no Brasil.

TABELA 4 – BRASIL – PRODUÇÃO E CONSUMO DE FERRO GUSA, AÇO EM LINGOTES E LAMINADOS – 1932/37 (TONELADAS)

Ano	Ferro Gusa		Aço em lingotes		Laminados	
	Produção	Consumo	Produção	Consumo	Produção	Consumo
1932	28.809	29.786	34.192	56.469	29.547	165.650
1933	46.774	47.975	53.567	65.904	42.369	277.028
1934	58.559	59.282	61.675	69.390	48.699	343.590
1935	64.082	64.581	64.231	80.426	52.358	345.389
1936	78.419	79.670	73.667	85.746	62.946	386.689
1937	98.101	99.313	76.430	101.433	71.419	505.352

FONTE: Aureliano, Líana M., No limiar da industrialização. São Paulo. Ed. Brasiliense, 1981. p. 125

Vargas cria em agosto de 1931 a Comissão Nacional de Siderurgia para centralizar, nas mãos do Estado, as discussões em torno do tema da siderurgia e, a partir daí, formular uma política nacional sobre o assunto.

A posição de Vargas quanto aos recursos minerais da nação e sua exploração era de cunho nacionalista, ou seja, deveria caber somente à nação, deixando o capital estrangeiro de fora. Vargas via a siderurgia como primordial para seu projeto de desenvolvimento, principalmente, já que considerava vital ao progresso.

Ao se aproximar dos tenentes, após assumir Governo Provisório, Vargas entrou em concordância com os mesmos no que tange à nacionalização dos recursos minerais e, somente a partir de 1937, que define as bases de atuação do estado na siderurgia pesada, criando a Companhia Siderúrgica Nacional em 1941, empresa estatal que assumiria o pesado investimento nessa área vital para o processo de desenvolvimento industrial do país, já que anteriormente à criação da CSN, a quase totalidade do ferro-gusa, utilizado internamente, era importado, encarecendo o produto final das indústrias brasileiras. Mais uma vez Vargas atua de forma a sanar os gargalos e necessidades do processo de instalação do capitalismo tardio, atuando na preparação da nação para o processo avançado de acumulação capitalista, sendo que faltava apenas a definição quanto ao trabalho.

Uma das alternativas era de financiar os projetos para instalação de indústrias siderúrgicas com o capital externo, no entanto, esse só inicia sua recuperação da crise nos meados da década de 1930 e ainda se defronta com o início dos conflitos de interesses que iriam culminar na deflagração da Segunda Guerra Mundial. Sendo assim, com o contexto que se desdobrava, era praticamente impossível contar com investimentos externos em um setor básico como o siderúrgico.

3.3.2 Vargas e a Questão Trabalhista

A questão social não tinha destaque efetivo na plataforma da Aliança Liberal, no entanto, após a derrota eleitoral em 1930 e na medida em que a revolução ganhava força, a legislação trabalhista começa a ganhar importância nos discursos de Vargas. Como era de costume nos primeiros anos após a Revolução de 1930, Vargas sempre contrastava seu governo com os governos da República Velha e na questão trabalhista não foi diferente, já que pregava que seu governo estava em constante sintonia com os anseios da classe trabalhadora, diferentemente dos governos anteriores, que Vargas dizia serem contra a classe trabalhadora, mesmo o governo anterior tendo promovido várias

medidas a favor dessa classe, como a Lei de Férias de 1925 e o Código de Menores de 1926.

Cabe a esse trabalho analisar de que forma Vargas organizou e normatizou as relações entre capital e trabalho de forma a beneficiar claramente a acumulação capitalista. Com o aumento da intervenção estatal na economia e a centralização econômica e política promovida por Vargas, o movimento proletário passou da esfera social para o âmbito estatal, com a regulamentação dos sindicatos de classes e legislação própria. Sendo assim, os conflitos trabalhistas agora eram solucionados na justiça, com o estado intermediando as partes interessadas.

A primeira medida de Vargas, no âmbito da questão social, como consta em FONSECA (1989, p.219), “foi a criação do departamento Nacional do Trabalho em 1931, incorporando o Conselho Nacional do Trabalho de 1926. As primeiras medidas no novo órgão foram de forma a organizar os sindicatos em torno da burocracia estatal, criando o sindicato único por categoria, devendo estes, serem reconhecidos pelo ministério do Trabalho, Indústria e Comércio” . No entanto, os sindicatos não poderiam se filiar a organismos internacionais e os servidores públicos não eram sindicalizados.

Em FONSECA (1989, p.221), “Em 1932, foram criadas as Juntas de Reconciliação e Julgamento, cuja tarefa era resolver dissídios de trabalho e eram compostas por um representante dos trabalhadores, um da classe patronal, e um nomeado pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio”. Também nesse ano surgiu a carteira de trabalho, e foi regulamentado o direito a férias, que só poderiam ser reivindicadas por quem possuísse a carteira de trabalho. Ainda em 1932, foi também alvo de regulamentação o trabalho das mulheres e dos menores de idade.

Apesar de grandes avanços na legislação trabalhista nos primeiros anos do Governo Provisório, houve certa demora do governo em regulamentar e implementar o salário mínimo, principalmente devido aos interesses da indústria em adiar essa medida. Somente em 1936 foi criada a Comissão do Salário Mínimo e esse só foi implantado em 1938, já no Estado Novo.

Na plataforma da Aliança Liberal, já constava a necessidade da criação de um salário mínimo para os trabalhadores. Com a ascensão de Vargas ao poder, a política do governo federal de relacionar-se com a sociedade civil mudou bastante, já que Vargas trabalhou para abrir o Estado para discussão com diferentes grupos de interesse, não mais divididos por região, mas sim por frações da sociedade, como o setor industrial, agrário, os trabalhadores e assim por diante. Esse processo, ao longo prazo, acabou por dar fim às oligarquias regionais, já que com a formação de frações autônomas de classe de âmbito nacional, acabava com a diferenciação regional e os interesses de um estado acabavam separados em interesses de classes diferentes unidas com seus parceiros de outros estados. Portanto, a discussão sobre a implantação do salário mínimo contou com a participação dos trabalhadores, com seus sindicatos regulados pelo governo federal e com pouca autonomia, e com a classe industrial.

4 CONCLUSÃO

O capital cafeeiro dominou a economia brasileira até o começo da década de 1930 e, contraditoriamente, a política que deveria manter elevada a rentabilidade dos cafeicultores, acabou causando a baixa dos preços internacionais do produto e, conseqüentemente, a queda da rentabilidade. Essa característica contraditória do capital cafeeiro foi de primordial importância quando de sua submissão ao capital industrial, focado na dinâmica de acumulação urbana e interna. A partir daí, a economia brasileira encontrou, dentro de seu mercado interno, o estímulo para seu desenvolvimento, não mais dependendo somente da demanda externa para geração de riquezas e acumulação de capital.

Ao analisar a transição pela qual passou a economia brasileira na década de 1930, percebe-se claramente que Vargas foi imprescindível na criação de uma base para que o sistema capitalista pudesse se desenvolver e ampliar sua importância. O capital industrial encontrou em Vargas seu principal apoio, mesmo que o setor de bens de produção, primordial para a dinâmica de acumulação do capital industrial, tenha encontrado várias dificuldades de implementação e só viria a ser instalado no Brasil bem mais tarde, quando do Estado Novo.

Vargas possuía uma visão de cunho desenvolvimentista e, sistematicamente, trabalhou para criação de um Estado Nacional, com a participação de todos os segmentos da sociedade brasileira e procurou atender aos anseios de todos, mesmo que em alguns setores ainda de modo oscilante. Nisso, Vargas divergiu bastante dos governos anteriores, manipulados pelas oligarquias regionais cafeeiras, cujos interesses eram o principal foco de atuação do governo federal, não dando a devida importância aos outros segmentos da economia brasileira.

A política intervencionista de Vargas foi de suma importância para impedir a falência da economia cafeeira e desenvolver a indústria no país, através da criação de diversos órgãos que regulamentavam e encampavam as discussões em torno dos mais

variados temas de interesse dos industriais. Vargas promoveu a estruturação do estado brasileiro, com criação de diversos órgãos executivos e reguladores, sendo pioneiro na discussão e implementação em diversas áreas de atuação, tais como petróleo e siderurgia.

Com Vargas, foi a primeira oportunidade do povo brasileiro participar de um “Estado Nacional”, com metas ambiciosas e sentimento de patriotismo, que se alastrou por toda a nação.

5 REFERÊNCIAS

TAVARES, Maria. **Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil**. 2a ed. Campinas: Editora da Unicamp,1986.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**.31a ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2002.

AURELIANO, Liana. **No Limiar da Industrialização**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

FONSECA, Pedro. **Vargas: O Capitalismo em Construção**. 3^a ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

SILVA, S. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil**. 6^a edição, São Paulo, Alpha-Omega, 1985

CANO, W. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. São Paulo, difel, 1977.

DELFIN NETO, A. **O problema do café no Brasil**. 2^a Impressão, São Paulo, 1966.